

AS TENSÕES ENTRE ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NA PRODUÇÃO DO BAIRRO POPULAR. REFLEXÕES SOBRE O BAIRRO GUAJUVIRAS-CANOAS (RS)

Nola Patrícia Gamalho

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS

E-mail: nolagamalho@yahoo.com.br

Álvaro Luiz Heidrich

Professor Doutor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: alvaro.heidrich@ufrgs.br

RESUMO

Discute-se no artigo a produção do espaço a partir das permanências, rupturas materialidades e sentidos do processo urbano em um bairro popular do município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no sul do Brasil. Para tanto, analisa-se a elaboração de representações sobre os assentamentos populares deste bairro, extraídas dos periódicos do município de Canoas no período entre o final da década de 1970 até o ano de 2010. O texto apresenta a configuração do Bairro Guajuviras, localizado no município de Canoas, nos múltiplos processos de ocupação urbana e na constituição de vilas irregulares. Evidencia-se o espaço urbano em múltiplos conflitos e disputas entre atores e agentes na produção material e de representações do espaço, entre eles o Município, o Estado e as populações ocupantes. Espaços precários, de intensa pobreza, entraves à industrialização, impactos ambientais, legitimidade da propriedade privada são alguns dos elementos associados às representações das ocupações e do bairro.

9

PALAVRAS-CHAVE: Guajuviras, Representações, Periferia, Vila, Bairro.

TENSIONS BETWEEN STRATEGIES AND TACTICS IN THE PRODUCTION OF THE POPULAR NEIGHBORHOOD. REFLECTIONS ABOUT THE NEIGHBORHOOD OF GUAJUVIRAS-CANOAS (RIO GRANDE DO SUL)

ABSTRACT

In the article is discussed the space production from the permanencies, ruptures, materiality and senses of the urban process in a popular neighborhood of Canoas city, in the metropolitan area of Porto Alegre, south of Brazil. It analyzes the development of representations about popular settlements of this neighborhood, extracted from Canoas periodicals from the late 1970's to 2010. It presents the configuration of Guajuviras neighborhood, located in Canoas city, in the multiple process of urban occupation and in the constitution of irregular villages. It evidences the urban space in multiple conflicts and disputes between actors and agents in the material and space representations production, include the city, the state and the occupant population. Precarious areas with intense poverty, obstacles to the industrialization, environmental impacts and legitimacy of private property are some of the elements associated to the occupation and neighborhood representations.

KEY-WORDS: Guajuviras, Representations, Outskirts, Village, Neighborhood.

INTRODUÇÃO

Em 2013, durante o Fórum Mundial de Cidades Periféricas¹, realizado em Canoas, o prefeito Jairo Jorge² iniciou sua fala definindo Canoas como periferia de Porto Alegre. Essa afirmação está apoiada na disseminação desse termo no senso comum, mas também no processo de produção de Canoas em sua estreita relação com a capital e as desigualdades sociais que ela contém. Assim, a formação de Canoas ao longo do tempo esteve associada à constituição de periferias, entre elas, e com destaque, no imaginário social a que se associa ao Bairro Guajuviras. No entanto, a noção e o conceito podem encobrir os conteúdos, conflitos e disputas presentes na produção do espaço. Para compreender a produção do bairro Guajuviras é preciso problematizar os conceitos e processos de sua formação. Por ser constituído predominantemente de moradores de baixa renda, produto de diversas ocupações, atravessado por conteúdos da violência urbana, o bairro é ancorado (MOSCOVICI, 2003) como periferia, fazendo parte do imaginário social como um local em que predominam os desvios e o medo urbano, com isso encobrindo o bairro como produto da luta por moradia. É preciso desconstruir estereótipos e traçar compreensões sobre os espaços sem negligenciar os conflitos, contradições e lógicas presentes tanto na produção material, quanto simbólica.

O artigo inicia localizando a formação de Canoas e suas representações, como estação de veraneio, cidade operária, cidade industrial, cidade-dormitório (VIEGAS, 2011), cidade periférica e cidade das vilas irregulares. A partir do contexto de formação e crescimento de Canoas e da região metropolitana é possível compreender os conteúdos e representações envolvidos na formação do Guajuviras, primeiramente em relação à produção do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, da extinta COHAB-RS (Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul) e, em seguida, sobre a produção e representações das ocupações de áreas verdes, subdivididas em três momentos: processos ocorridos no final da década de 1980 e ao longo da década de 1990; de 1999; e da década de 2000. Nesses processos algumas representações são herdadas, como as relações com as vilas irregulares, outras são construídas, como as que se referem a questões ambientais e como entraves ao desenvolvimento industrial da cidade. Associados aos processos são produzidos imaginários que corroboram na estigmatização e estereótipos sobre o local e seus moradores.

¹ 3º Fórum Mundial de Autoridades Locais de Periferia (FALP) sobre tema direitos e Democracia para Metrópoles Solidárias e sustentáveis, realizado na Cidade de Canoas (RS), nos dias 11, 12 e 13 de junho de 2013.

² Jairo Jorge da Silva. Prefeito eleito em 2008 e reeleito em 2012. Elegeu-se pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

MATERIAL E MÉTODOS

A discussão que segue, portanto, busca articular os fatos e as ideias associadas no processo de formação do bairro Guajuviras. Essa análise é amparada no diálogo entre as perspectivas teóricas elaboradas por Lefebvre (2013) e Certeau (2009). Na primeira, a partir da trialética entre espaços vividos, percebidos e concebidos e, de forma indissociável e respectivamente, os espaços de representação, as práticas espaciais e as representações do espaço. Na segunda, sobre as táticas e astúcias dos ocupantes em confronto com as estruturas tecnocráticas. A produção do espaço é um campo em disputa, o que foi evidenciado a partir do levantamento nos periódicos locais.

Os sentidos do espaço são resultados do seu processo histórico de produção. Como o material bibliográfico sobre a formação do Guajuviras, em particular da formação das ocupações de áreas verdes, são reduzidos, optou-se por organizar o corpus analítico a partir do levantamento em periódicos locais. O recorte temporal teve início no final da década de 1970 quando começaram a aparecer reportagens sobre a produção do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, até dezembro de 2010, quando os processos de ocupação se reduzem. Para cobrir esse período, foram analisadas notícias dos periódicos disponibilizados para consulta na Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva. Como nenhum periódico cobria todo o intervalo de tempo, foram utilizados quatro:

- Diário de Canoas (entre 1992 [esse ano está incompleto] e dezembro de 2010);
- Folha de Canoas (entre maio de 1986 e dezembro de 1992);
- O Timoneiro (entre 1979 e dezembro de 1993);
- Radar (entre julho 1983 e 1993).

O material textual jornalístico foi fragmentado em categorias, como a compreensão da produção do bairro, sendo que o levantamento nos arquivos dividiu-se entre referências ao Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, às ocupações de áreas verdes; a infraestruturas e outras que emergiram do acervo, como as questões relativas ao distrito industrial e penitenciária, campos de disputa e conflito político desde a origem do Guajuviras, mas que não possuem relação direta com o foco central desta análise. Toda reportagem envolvendo o Guajuviras foi registrada e arquivada.

Esse material textual foi sistematizado e identificado segundo as categorias:

- Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti;
- Infraestrutura no conjunto;
- Ocupações de áreas verdes/vilas;
- Violência;
- Distrito industrial;

- Penitenciária;
- Outros.

Para este estudo o corpus é constituído pelas três primeiras categorias. O material textual possibilitou identificar sentidos e representações que são evidenciados na análise. Desse levantamento e categorização foi interpretada a produção do Guajuviras nesses múltiplos processos.

REPRESENTAÇÕES E PROCESSOS DA/NA CIDADE DE CANOAS

A construção do primeiro trecho da Estrada de Ferro do Rio Grande do Sul entre Porto Alegre e o próspero núcleo de colonização alemã localizado em São Leopoldo estimulou o povoamento junto às estações intermediárias, como a Estação Capão das Canoas³. O dinamismo das ocupações alemãs orientou o crescimento na direção sul-norte (CARRION, 1989), favorecido por essa estrada de ferro. No plano do lugar, a estrada atravessava a Fazenda Gravataí, de propriedade dos herdeiros do Cel. Vicente Ferrer da Silva Freire. Com a inauguração, em 1874, um dos herdeiros, o Major Vicente Ferrer da Silva Freire, parcelou e loteou suas terras para constituir no local chácaras de veraneio para a elite porto-alegrense. A estação de veraneio do Capão das Canoas desenvolveu-se na articulação de duas lógicas, de ordenamento territorial e de interesse do proprietário local. Desse modo, é no imbricamento das ordens distante e próxima (LEFEBVRE, 2001) que tem início a estação de veraneio e o marco do povoamento.

Assim como a estrada de ferro, outros dois marcos de articulação entre escalas e lógicas tornaram-se importantes no processo de fixação da população e emancipação⁴ de Canoas. O primeiro foi por intermédio do Presidente do Estado, Borges de Medeiros, que solicitou aos irmãos lassalistas a fundação de uma escola de agronomia em Canoas. (VIEGAS, 2011). Outro marco foi a vinda do Terceiro Regimento de Aviação Militar para o distrito em 1937, que contribuiu com o processo de emancipação. Canoas já não era mais estação de veraneio e outros processos inseriam nesse espaço outras representações, logicamente fortalecidas pelo incipiente processo de expansão de Porto Alegre e constituição de núcleos operários a partir dos quais Canoas adquire alcunha de localidade dormitório. Em ambos, não se implantaram em contiguidade com o povoamento do núcleo central nas proximidades da estação férrea.

³ Ao ser demarcado o traçado da ferrovia, Vicente Ferrer da Silva Freire, proprietário das terras, colocou alguns homens próximo da estação para evitar roubos, depredações e construir canoas para uso no Rio dos Sinos, sendo a localidade chamada por Capão das Canoas, assim como a localidade de Capão dos Esteios, Estação Esteio, onde eram fabricados mourões. (SILVA, 1978).

⁴ Em 1880, é criado o município de Gravataí, passando a Estação das Canoas a ser incorporada a esse como 2º Distrito do novo município. Em 1912 é elevada a sede do 4º Distrito e somente em 1939 é emancipada constituindo-se como município de Canoas.

Com a construção da estrada de ferro e, posteriormente, a chamada estrada de cimento - concluída em 1934 (SILVA, 1978), a proximidade da capital, a abertura da Avenida Farrapos em Porto Alegre (1940), a não existência de normativas de loteamento em Canoas e o crescente valor do solo em Porto Alegre favoreceram o desenvolvimento de loteamentos em Canoas, no seu limite com a capital. Nesse período Canoas era um arrabalde de Porto Alegre.

Os atuais bairros Rio Branco e Niterói eram áreas de expansão de Porto Alegre no sentido norte. Esses dois núcleos limítrofes com a capital apresentam diferenças em suas origens, um identificado como área industrial (Vila Rio Branco) e outro como dormitório (Vila Niterói), ambos em áreas de alagamento. Em 1939, foi inaugurada a empresa Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros LTDA⁵, às margens do Rio Gravataí. A necessidade de abundante mão de obra estimulou o processo de migração de famílias de outras regiões do Estado, incentivando o crescimento da Vila Rio Branco. A década de 1950 é marcada pelo crescimento do Bairro Mathias Velho e o desenvolvimento de outros bairros com melhores estruturas e inseridos nas divisões e hierarquias sociais da cidade.

Assim, Canoas passa por uma intensa dinâmica de migrações. Na década de 1940, possuía 17.630 habitantes, em 1950 passou a 39.826 e em 1960 a mais de cem mil habitantes (VIEGAS, 2011), apresentando um crescimento superior a 400%.

OCUPAÇÕES: A CIDADE DAS VILAS IRREGULARES

A partir da década de 1970, nos municípios que viriam a compor a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)⁶ e, especificamente Canoas, intensifica-se a ocupação de solo urbano através das denominadas vilas irregulares. Esse espaço metropolitano em configuração, assentado inicialmente na comercialização de lotes precários em infraestrutura (como os bairros Rio Branco, Niterói e Mathias Velho), vai sendo produzido também pela população que originalmente está excluída da sua aquisição como mercadoria e, desta forma, encontra nos processos ilegais de acesso a moradia próximos à capital os mecanismos de inserção na cidade, acelerando a expansão desordenada da malha urbana e constituindo as periferias.

Os processos de normatização dos loteamentos em Porto Alegre em 1954 e RMPA (Canoas, 1954, Esteio, 1956, São Leopoldo, 1955) (CARRION, 1989) contribuíram com o encarecimento do solo urbano para importante parcela populacional que buscava nesses municípios, alternativas de

⁵ Em 1956 passou a ser chamado de Frigosul.

⁶ A RMPA foi criada em 1973, composta, na época, por 14municípios: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.

moradia com mais proximidade à capital. Essas vilas, tanto por sua condição material, quanto social, são caracterizadas pela ilegalidade da posse da terra, irregularidades urbanísticas, carências de infraestrutura, sítios inadequados e má qualidade das habitações (METROPLAN, 1982, 1992). Vila é, portanto, uma formação espacial marginal, o espaço vivido de sujeitos excluídos do mercado de terras.

A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) realizou dois inventários sobre as vilas irregulares da região metropolitana⁷, o primeiro publicado em 1982 e o segundo em 1992. Em ambos, o crescimento populacional das vilas é superior ao crescimento da própria região metropolitana, sendo o de Canoas de magnitude exponencial em valores absolutos.

Canoas apresentou um crescimento de 239% das vilas em relação a 1982. No primeiro levantamento foram identificadas 10 vilas, com 3.830 casas e uma estimativa populacional de 17.235 habitantes. No levantamento de 1992⁸, foram identificadas 37 vilas, 12.997 casas e estimativa populacional de 54.587 habitantes⁹. O tempo de moradia nas vilas inventariadas em Canoas evidencia o fenômeno como uma nova forma de acesso à moradia na cidade a partir da década de 1970, ocorrendo uma vila com mais de 10 anos, 6 entre 5 e 8 anos e 3 com menos de 4 anos.

Esse crescimento é resultado de múltiplos processos: êxodo rural, legislações de parcelamento e loteamento do solo urbano, mudanças do mercado imobiliário com o respectivo aumento do valor do solo e dos aluguéis, insuficiência de loteamentos populares, predomínio do capital financeiro no mercado imobiliário, programas habitacionais que não beneficiam a população de mais baixa renda (METROPLAN, 1982). As vilas são associadas a favelas, periferias, conjunto de moradias caracterizadas como sub-habitações, ausência de saneamento básico, abastecimento irregular de energia elétrica e água. Panizzi (1990) salienta essas formações espaciais como processos de segregação urbana física, social e legal, identificando-as por periferias com predomínio do acesso ilegal ao lote urbano.

⁷ Em ambos os inventários Porto Alegre está excluída do levantamento, pois possui levantamento próprio. Também há diferença nos municípios que compõe a região. Em 1982 são 13: (Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão) e em 1992, são 21 (os municípios citados acima e Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Glorinha, Iboti, Nova Hartz, Parobé, Portão e Triunfo).

⁸ O Segundo levantamento identificou 8 vilas que já existiam no período do levantamento anterior, mas não fizeram parte do levantamento. A justificativa é que no primeiro estudo não foram computadas vilas com menos de 10 casas.

⁹ O cálculo da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) é de 4,2 habitantes por moradia.

A atuação do Estado, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH)¹⁰ e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) não atendeu a demanda por moradia das famílias de mais baixa renda. Intensificou-se, sob a égide do mercado financeiro, a disputa pela produção habitacional, que embora tenha sido ampliada, as condições estabelecidas para a aquisição de moradias estiveram limitadas. “Assim, (...) o poder público definiu quem (renda necessária para pagar prestações de financiamento) e como (adequação do plano diretor) poderia morar de forma ‘legal’”. (AZEVEDO, 2002, p. 55). A solução encontrada por esse contingente populacional coloca-os periféricos à cidade legal, uma vez que as condições existentes para acesso ao lote urbano permaneciam inacessíveis, fazendo com que essa população construísse *o seu espaço urbano*. Tendo em vista, então, que as vilas são o resultado das leis de mercado, *estar à margem do processo é também estar no centro do mesmo*. São contradições da produção do espaço.

O déficit habitacional, resultado do processo de urbanização capitalista e da propriedade privada estão estreitamente ligados aos processos de ocupações¹¹. Segundo o periódico a Folha de Canoas (03/02/87, p.5): “Canoas, conforme dados de estudos no assunto, há cerca de 80 mil pessoas residindo em áreas invadidas situadas nas beiras dos diques, valas e valões (...”). As ações da administração municipal para conter as ocupações atravessaram múltiplas gestões, sendo recorrentes os mecanismos de repressão e estigmatização, atravessados pela ilegalidade da ocupação e construção da legitimidade simbólica da propriedade privada. O estigma é evidente no uso do termo invasão e invasores.

É na esteira dos processos de ocupações e configuração das vilas irregulares, com o término do período de governo da ditadura militar, crise econômica e insatisfação com as políticas públicas que outro processo de ocupações ganhou manchete nos jornais no mês de abril e maio de 1987: as ocupações de conjuntos habitacionais. Entre elas, o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, em Canoas, o qual deu origem ao bairro Guajuviras.

A OCUPAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL ILDO MENEGHETTI

É nesse contexto de produção de vilas irregulares, denominadas de invasões que, entre 11 de abril e 16 de maio de 1987 foram ocupadas mais de 16.482 mil unidades habitacionais¹²

¹⁰ Foi criado durante a presidência de Castelo Branco, na ditadura militar visando conter as camadas populares descontentes.

¹¹ Os termos invasão e ocupação presentes ao longo do texto correspondem às representações presentes nos espaços vividos e concebidos, nos quais é mais recorrente o termo invasão. Priorizamos na escrita o termo ocupação por se aproximar de uma legitimidade do processo.

¹² Em 11/04/1987 foram ocupadas 2040 unidades habitacionais no Conjunto 11 de Abril (Nome original Campos Verdes), em Alvorada; 17/04/1987 (Algumas fontes de jornais da época identificam como dia de ocupação o dia 19, no

pertencentes à Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul (COHAB-RS) e a construtoras privadas (AZEVEDO, 2002). Uma diversidade de fatores contribuiu para consolidar a falta de credibilidade da COHAB-RS. O uso eleitoreiro das obras, os problemas financeiros e administrativos entre o BNH e as empreiteiras, com algumas decretando falência, construções interrompidas, prédios dilapidados pelo tempo, depredações, roubos, assim como o próprio risco de serem ocupados, constituíram-se nas motivações para as ocupações de conjuntos habitacionais na RMPA em 1987.

A política habitacional desse período surge como intervenção urbana em meio aos problemas decorrentes do crescimento desordenado, crescimento de habitações precárias e consequente déficit habitacional. A migração rural-urbana e a pressão inflacionária eram potenciais políticos de revolta popular no contexto da ditadura militar (SCHIMIDT, 1983). Desse modo, a política habitacional surge menos como solução ao problema de moradia e mais como estratégia do Estado de obter credibilidade junto à população (AZEVEDO, 2002).

A construção do Guajuviras ocorre no contexto municipal de proliferação de vilas irregulares, no crescimento urbano excludente e alicerçado em uma política habitacional ideo-lógica (LEFEBVRE, 2001) de dominação. Em documento do BNH de 1979¹³, tem-se a informação de que fora aprovado em reunião de 07/12/1978, o empréstimo para a construção de 6.236 unidades habitacionais no Conjunto Guajuviras, em Canoas, na antiga fazenda Renner. Em agosto de 1979 o periódico O Timoneiro noticiava o grande empreendimento a ser realizado em Canoas:

16

Estão aprovados recursos da ordem de 600 milhões de cruzeiros para execução do Projeto Guajuviras, onde deverá nascer uma outra cidade dentro de Canoas, numa área de 250 hectares, com mais de seis mil unidades de habitação (...).

O Guajuviras foi o maior empreendimento da COHAB-RS, o que corrobora com a afirmação citada anteriormente de construção de uma cidade dentro de Canoas. A previsão de entrega do conjunto habitacional estava prevista para 1983, sendo o maior projeto no Estado, com 4.036 casas e 2.200 apartamentos servidos de infraestrutura, como esgotos pluviais e cloacais, ruas pavimentadas, iluminação pública, reserva de áreas para comércios, escolas, creches, etc.

entanto, publicações mais contemporâneas e as narrativas dos moradores reconhecem como data da ocupação o dia 17 de abril, nome dado a principal avenida do bairro.) 6200 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti; 19/04/1987, 109 casas do Conj. Res. Sarandi, em Porto Alegre; 22/04/1987 foram ocupadas 4992 unidades habitacionais do Conjunto Rubem Berta em Porto Alegre; em 22/04/1987, 1.706 unidades habitacionais do Conjunto Grande Esperança em Cachoeirinha; 27/04/1987 foram ocupadas 331 unidades habitacionais do Jardim Algarve e Jardim Porto Alegre, em 09/05/1987 foi ocupado o Parque dos Mais em Porto Alegre e em 16/05/1987 foi ocupado Morada do Vale III em Gravataí. (AZEVEDO, 2002)

¹³ Ofício Cos/Gerência nº 002, Processo nº 00/103749.

Os anos seguintes são marcados por conflitos, falências das construtoras e notícias de má qualidade das obras. Em dezembro de 1983, ano da previsão de entrega do Conjunto habitacional, O Timoneiro noticiava os atritos entre a administração municipal e o empreendimento: “Guajuviras: Muitas casas condenadas pela fiscalização da prefeitura” (15/12/83, capa). Já em 1984 tornam-se manchete nos jornais as paralisações nas obras: “Governador vai intervir no caso Guajuviras” (RADAR, 23/02/84, capa). Na reportagem, o governador Jair Soares promete intervir junto ao BNH para prosseguimento das obras. Em março do mesmo ano a questão persiste: “Construção civil pede providências para Guajuviras” (RADAR, 15/03/84).

Se por um lado a criação do BNH veio para legitimar a política federal, por outro lado o resultado foi uma crise de legitimidade da instituição. As obras paradas deteriorando-se constituíam a própria contradição de sua produção, uma vez que coexistiam com o intenso déficit habitacional. Em maio de 1984 o canteiro estava parado há mais de seis meses. Em janeiro de 1985 é noticiado que o Conjunto deveria ter sido entregue há um ano e que as construtoras Marajá, Esusa e Protécnica haviam falido. Os entraves relacionados à construção do Conjunto habitacional vinham preocupando a administração municipal que temia arcar com o ônus do problema.

Com as deficiências da obra e o não cumprimento da infraestrutura constante no projeto, intensificam-se os atritos entre a esfera municipal e estadual, o que vai perdurar até os anos 2000 em todo o Guajuviras. O então prefeito Cláudio Schultz¹⁴ manifestou a posição da administração municipal de somente receber o conjunto caso a COHAB-RS cumprisse integralmente o projeto. Os problemas no conjunto seguem até o ápice desencadeado pelas ocupações em 1987.

O congelamento de preços no Plano Cruzado, em 1986, durante o Governo José Sarney e o retorno da inflação após as eleições corroboraram pra que o ano de 1987 fosse marcado por intensa falta de credibilidade na esfera pública, uma vez que a população via-se novamente em alarmantes índices inflacionários. A questão habitacional é ponto crucial de um Brasil cada vez mais urbano, estando presente nos periódicos da época: “80 mil pessoas não têm onde morar” (FOLHA DE CANOAS, 03/02/87, capa), “Ano internacional da habitação” (FOLHA DE CANOAS, 03/02/1987, p.5), “Aumentam aluguéis: poderão faltar moradias” (FOLHA DE CANOAS, 24/02/1987, p.3).

Nessa conjuntura, o espaço torna-se essência do conflito por sua produção, inserindo na dinâmica os agentes, definidos por Méo e Buléon (2007) como atores menores das práticas microbianas (CERTEAU, 2009), essas como incalculáveis práticas anônimas daqueles que fazem do espaço do outro (nas estruturas tecnocráticas) o seu campo de ação. As maneiras de fazer das

¹⁴ Cláudio Bloedow Schultz foi prefeito nomeado, cuja administração ocorreu entre 13/09/1984 a 25/04/1985.

práticas microbianas intervêm em campo de ações prescritas, recriando de múltiplas e divergentes formas de agir no espaço tecnocrático, introduzindo “(...) aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui um segundo nível imbricado no primeiro (...)” (p.87).

As contradições da produção do Guajuviras contribuíram para o desencadeamento de ações da população em resolver o problema habitacional, com isso entrando em conflito tanto com a administração municipal, quanto com a COHAB-RS.

DO ESPAÇO CONCEBIDO AO ESPAÇO VIVIDO: DE CONJUNTO HABITACIONAL ILDO MENEGHETTI A GUAJUVIRAS

Pensar o espaço geográfico a partir da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (2013) evidencia as relações entre as materialidades, as práticas espaciais, as representações e as disputas entre os atores sociais. A teoria sobre a produção do espaço a partir das práticas espaciais, das representações do espaço e dos espaços de representação, relacionadas respectivamente ao espaço percebido, concebido e vivido subsidia a compreensão da disputa entre, de um lado o Estado (no espaço concebido), de outro os ocupantes (que vivenciam esses espaços em seus cotidianos). Nessa relação estão contidos os atores hegemônicos que operam em escalas territoriais amplas, prescrevendo as práticas espaciais e, os agentes das práticas microbianas, que produzem espaços na própria reprodução da vida. Os processos de ocupação desenvolvem-se nesse conflito entre as lógicas inerentes aos espaços vividos em confronto com os espaços concebidos.¹⁵

Durante o feriado de Páscoa de 1987, foi ocupado por 700 famílias o segundo conjunto habitacional da RMPA, totalizando aproximadamente 3.000 pessoas (FOLHA DE CANOAS, 23/04/1987, p.14) que encontraram no local casas e apartamentos em péssimo estado e inacabados. O período inicial de ocupação foi marcado pela tensão com a Brigada Militar que bloqueava a entrada junto a Avenida Boqueirão, tanto para quem estava dentro, quanto para quem desejasse participar da ocupação.

No entanto, nos dias seguintes a notícia foi repercutindo e outras formas de entrar no Conjunto e ocupar uma casa ou apartamento foram engendradas. Penna (1998) narra o processo de um invasor que decidiu participar da ocupação por ter ouvido a notícia do movimento pelo rádio, sem ter tido envolvimento prévio com articuladores da mobilização. A entrada do Conjunto era policiada, visando coibir novas ocupações (FOLHA DE CANOAS, 23/04/87). Uma artimanha foi

¹⁵ Uma compreensão clara e bastante sintética da teoria proposta por Henri Lefebvre em “A produção do Espaço” pode ser vista em SCHIMD, 2012 e HIERNAUX-NICOLAS, 2004.

ocupar pelo lado norte, o que fica evidente na narrativa de uma jovem do bairro, sobre as histórias de seu pai quando ocupou uma casa no Guajuviras.

O pai veio no segundo dia de ocupação e já não conseguia mais entrar lá pela rótula, já tava cercado pela brigada. Então eles vieram aqui pela Esperança, invadiram um banhado e vieram costeando e quando o pai veio, chegou no Setor 5, tava tudo fechado. (Entrevista com jovem moradora, em 07/01/2014)

A situação precária dos ocupantes foi definida por Luiz Antônio da Silva, conhecido como Muchila, líder pedetista¹⁶ na época, como um campo de concentração. No período que segue, paulatinamente são acrescidos serviços ao Conjunto. Em 12/05/87 a Folha de Canoas noticiava que o Guajuviras já possuía posto médico. No dia 15/05/87, que a luz e a água não haviam sido instaladas, pois havia problemas de canalização que demandariam recursos inexistentes na administração municipal, constituindo-se como solução o abastecimento de água por carros-pipa e bicas. Em sentido amplo, a origem do Guajuviras aproxima-se do conceito de periferia, que somado aos processos de ocupação conforma o imaginário sobre o bairro atualmente.

O acesso a condições básicas de sobrevivência ocorreu no início de maio de 1987, quando o prefeito Carlos Loureiro Giacomazzi¹⁷ comprometeu-se com os ocupantes em providenciar a distribuição de água por carro-pipa, instalar um posto de atendimento médico, uma escola, a venda direta de alimentação através de caminhos da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), início da coleta de lixo e que as questões relativas ao transporte público estariam sendo estudadas (O TIMONEIRO, 08/05/1987).

Os problemas de infraestrutura e serviços não tardaram a ser associados à irregularidade da posse do conjunto. A administração buscou eximir-se de responsabilidades com essa população. A notícia de capa d'O Timoneiro, de 8 a 14/01/1988 reforça essa afirmação: "Guajuviras: Moradores esbanjam energia elétrica". São construções alicerçadas na característica de ilegalidade, de não consonância com os processos relativos e legitimados na propriedade privada.

Elefante Branco e Terra de Ninguém eram expressões usadas para designar o Guajuviras. Nas gestões municipais e estaduais de Liberty Conter¹⁸ e Alceu Collares¹⁹, em agosto de 1993 iniciaram as negociações de repasse do Guajuviras para a Prefeitura (FOLHA DE CANOAS, 26/08/93). A prefeitura assumiria o Conjunto caso o Estado passasse as terras da Fazenda. Na

¹⁶ Do Partido Democrático Trabalhista.

¹⁷ Carlos Loureiro Giacomazzi, prefeito eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para o mandato de 01/01/1986 a 31/12/1988.

¹⁸ Liberty Dick conter foi um prefeito eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para o mandato de 01/01/1993 a 31/12/1996

¹⁹ Alceu de Deus Collares foi eleito governador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) para o mandato de 15/03/1991 a 01/01/1995.

mesma época têm-se tentativas de transformar a área verde do Guajuviras em distrito industrial. As intenções da prefeitura estão claramente pautadas na questão industrial. “O prefeito já sonha em instalar a fábrica de automóveis Peugeot na Fazenda Guajuviras. A proposta da prefeitura de abraçar o residencial em troca da área da Fazenda foi encaminhada (...)" (DIÁRIO DE CANOAS, 06/03/1994, P.2).

O repasse da Fazenda ao município era de grande interesse devido as intenções industriais da administração, mas também da entrega de áreas passíveis de comercialização, o que acarretaria em recursos para aplicação no próprio Guajuviras. Com o repasse, a prefeitura deveria responsabilizar-se com a pavimentação, recuperação das ruas, canalização pluvial, iluminação pública, vazamentos de esgoto, etc.. No entanto, somente em 1995, já no governo estadual de Antônio Brito²⁰ e com a extinção da COHAB-RS, que o repasse da Fazenda Guajuviras foi aprovado²¹ (DIÁRIO DE CANOAS, 14/06/1995). Na junção de outros interesses e lógicas que a população do Guajuviras vislumbra a possibilidade de regularização e atendimento público para a infraestrutura.

O Guajuviras entra no ano de 2000, mais de dez anos após a ocupação, com desacordos entre município e estado em relação à regularização. Segundo o Diário de Canoas (04/04/00), a prefeitura acusava o Estado de não cumprir com o acordo, como o repasse das áreas comerciais e o esgoto cloacal, que seria de responsabilidade do Estado. As disputas não se desenvolvem exclusivamente entre os interesses relativos ao espaço concebido e vivido, mas também internos ao próprio espaço concebido, como as disputas entre as esferas municipal e estadual. Dessa forma, ainda em 2000, já com amplas áreas de vilas irregulares, o Conjunto Habitacional permanecia aguardado a regularização.

20

AS OCUPAÇÕES DO FINAL DA DÉCADA DE 1980 E DÉCADA DE 1990

Nos primeiros anos do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, as extensas áreas verdes foram alvo de inúmeras ocupações, constituindo no interior do conjunto as vilas irregulares. As primeiras ocupações de áreas verdes são noticiadas em janeiro de 1989. Os processos de ocupações são marcados por múltiplos conflitos, entre eles os riscos dos mandados de reintegração de posse e consequente despejo. Nesse ínterim, tanto a COHAB-RS, quanto a administração local novamente

²⁰ Antônio Britto foi eleito governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para o mandato de 01/01/1995 a 01/01/1999.

²¹ Lei 10427 autorizando o Poder executivo a doar ao município de Canoas uma área de 558,45 hectares de terras da Fazenda Guajuviras. Com o repasse, deveria ser implantado um parque de preservação e um distrito industrial.

se eximem de responsabilidades. A primeira alegando que ocupações não garantem a posse da terra e a segunda, que a área não é da prefeitura e a mesma não tem onde realocar os moradores. (RADAR, 02/02/1989, p.2)

Essas ocupações são ancoradas em representações (MOSCOVICI, 2003) de formações espaciais já disseminadas no imaginário comum. A vila Esperança é designada como uma favela erguida ao lado do Guajuviras (FOLHA DE CANOAS, 15/05/1989, CAPA). Dar nomes e definições constitui relações de poder e corrobora na produção do imaginário sobre esses espaços e seus moradores. Apenas dois anos após o início desse processo as ocupações seguem se expandindo, sendo os moradores identificados como invasores dos arredores do Conjunto Residencial Guajuviras.

Diversos discursos atravessam a questão das ocupações do Guajuviras, como o discurso ambiental, criminalizando as ações devido ao corte de eucaliptos e os interesses sobre o distrito industrial, objetivo antigo das diversas administrações e elite dirigente. Em ambos, estão presentes os sentidos de criminalização dos ocupantes, alvos de violência simbólica por suas lutas em busca do direito à cidade, adquirindo-o por suas margens, não físicas, uma vez que o crescimento urbano e as melhorias no sistema de transporte e comunicação incorporam espaços antes considerados distantes, mas permanece como à margem nos sentidos legais e sociais. Vidas e histórias transformando-se em ocupações, remoções e reintegrações de posse. Ao mesmo tempo em que os ocupantes têm sua inserção na cidade de forma irregular, as ações institucionais tornam-se mais repressivas e violentas:

Outra denúncia dos três é quanto a casa de Claudiomiro Conceição Maria, a primeira a ser demolida. Segundo eles, o morador possui os documentos dados pela Cohab que comprometia-se a retirá-los de lá somente quando uma nova área fosse encontrada. (FOLHA DE CANOAS, 01/05/90, p.3)

A violência institucional em relação aos ocupantes permeia discursos da criação de um distrito industrial, proteção ambiental da região em que a construção das vilas estaria ameaçando a vegetação de eucaliptos. Entre tantos atores, estão as famílias que sem alternativa, submetem-se as inúmeras violências decorrentes das ocupações.

(...) Diante da questão, se a implantação de um Distrito Industrial na cidade não atrairia desempregados do interior do Estado o prefeito (Lagranha) foi categórico, afirmado não permitir que surjam loteamentos gerados por invasões, como acontecia em gestões anteriores. (...) (RADAR, 21/06/90 p.6)

Os discursos de proteção ambiental tornam-se recorrentes como justificativa para ações de coerção às novas ocupações. Invadir torna-se uma infração ampla, ancorado em representações que mais ocultam o processo do que revelam: as ocupações aparecem como corrompendo a propriedade

privada, onerando as economias públicas, desviando recursos de outras ações e revertendo para grupos sociais que não contribuiriam com a economia municipal. Chega-se ao ponto de reviver falas exaltando as ações da ditadura militar e em encarcerar e cobrar fiança dos ocupantes pelo corte dos eucaliptos.

Em relação ao corte de árvores, com fiscais voluntários do IBAMA que os representantes da Ascapan são, Leonardo diz que poderia ser solicitado que a Brigada recolhesse os infratores ao presídio ou que recebessem uma multa que jamais poderiam pagar. Mas o bom senso e a miséria das pessoas não permitiram tal atitude. (RADAR, 25/01/90 p. 8)

Fica explicita a produção da cidade e, nesse sentido, da região metropolitana no confronto entre um ordenamento abstrato e contraditório, visando dominação, controle e desenvolvimento industrial e, por outro lado, famílias originadas das migrações vindas do interior do estado e do próprio crescimento da cidade, como pelas fragmentações e novos núcleos familiares. É delineado, pelas ações de instituições públicas, um pensamento de cidade alicerçado no desenvolvimento e propriedade privada, legitimando os processos de despejo. A cidade torna-se palco e essência de embates, nem sempre explícitos em seus discursos e intenções, mas normalmente atravessado por violências.

Em 1993, na administração do Prefeito Liberty Conter²² foi empreendido uma operação de vigilância nas entradas da cidade, como a BR 116 e BR386 e estrada de Cachoeirinha, para conter famílias vindas do interior, como pode ser observado nas notícias que seguem: “Dick declara guerra contra as invasões” (FOLHA DE CANOAS, 12/02/1993, capa).

22

O prefeito sabia que as ocupações agravam problemas de outras áreas, como segurança e saúde (...) qualquer caminhão com mudanças, “tábuas velhas” ou qualquer sinal externo que indique se tratar de um potencial invasor será abordado e, se a pessoa não comprovar que possui terreno para se instalar, será imediatamente mandado de volta para o município de origem. (DIÁRIO DE CANOAS, 12/02/93, p.3)

E sobre o direito de ir e vir, o então prefeito declara que:

Os invasores vão chegar e ser mandados embora. Este é o direito de ir e vir. (...) Paradoxalmente, ele garante que, “Se pegar caminhão de outras prefeituras largando maloca aqui dentro, eu vou confiscar”. (DIÁRIO DE CANOAS, 18/02/93, p.3)

No entanto, Canoas já possuía crescimento populacional interno, sendo as vilas irregulares resultado não apenas das migrações vindas do interior, mas do próprio município. Sendo assim, as ocupações persistiam, em frequentes embates com a operação vigilância.

²² O prefeito Liberty Conter, também conhecido como Dick. O referido prefeito tinha fortes vínculos com a SIC – Secretaria de Indústria e Comércio de Canoas- tendo sido segundo secretário da mesma na gestão de 1962 -1963 e presidente em duas gestões: 1982-1984 e 1984-1986. Em sua gestão são retomadas as discussões e propostas de instalação de um parque industrial e reserva ecológica na Fazenda Guajuviras a partir do repasse da fazenda para o município.

Embora os processos de ocupação ocorram como subversões à cidade formal, não são propriamente ideologias de resistência à cidade ordenada, ao contrário, são recorrentes as afirmações de intenção de pagar pelo lote e pelos serviços de energia elétrica e abastecimento de água. A cidade formal é internalizada, no entanto, as condições concretas de sobrevivência impõem táticas contrárias à formalização. Os significantes da palavra propriedade atravessam inúmeros âmbitos da vida cotidiana e consolidam os imaginários sociais. É na internalização dessa violência que a população ocupante reafirma o interesse em, a partir da prática irregular, ingressar na cidade formal, na qual que teriam acesso não apenas a moradia, mas à vida urbana.

“Queremos morar e queremos pagar”, garante um dos integrantes da comissão de negociação, Luiz Carlos dos Santos (DIÁRIO DE CANOAS, 03/08/92, p 2, por Lourenço Flores).

Entre as ocupações antigas, a Vila Pantanal é mencionada no Diário de Canoas (26/10/96, p. 3) como existindo anterior a década de 1990. A Vila São Miguel, importante referência espacial do Guajuviras, tem início no final de 1992. A ocupação São Miguel deu-se de forma organizada, com os moradores construindo creche, sede social, comércio local, arruamento. O crescimento de ocupações dentro do Guajuviras em terras do Estado é empreendido por moradores do bairro e da cidade, uma vez que os anos 1990 não são mais tão marcados pelos processos de imigração do interior como as décadas anteriores.

De início, as ocupações são compostas por barracos de lona, casas de sobras de material de construção. As ruas, intransitáveis com tocos de eucalipto ajudam a proteção dos ocupantes, uma vez que no primeiro momento o Estado é o opressor. Ocupam famílias, irmãos, tios, tias, pai, mãe, portanto é comum encontrar vilas com núcleos familiares morando próximos. Embora as ocupações sejam efetivadas por população de baixa renda é notável a diferenciação social, com diferenças materiais entre vilas e setores. O difícil e não desejado acesso da polícia e a falta de iluminação favorecem atos de contravenção, uma das representações desses espaços, cuja origem remete às condições materiais presentes no início da ocupação. Com o passar do tempo e consolidação das ocupações, os barracos transformam-se em casas de madeira, alvenaria, instalam-se pequenos comércios: uma ferragem (muito útil no início do processo, em que canos, fios, materiais de construção são importantes) mercearias e pequenos armazéns para abastecimento de alimentação e material de limpeza. Assim, as ocupações passam por inúmeros processos de transformação física, embora os símbolos e significados sejam mais resistentes às transformações, conformando o imaginário das vilas como espaços depreciados e cujos moradores são propensos a práticas ilícitas.

No jogo de forças, a administração municipal faz uso de diversos instrumentos de coerção, perpassando múltiplas administrações, como por exemplo, as políticas das administrações dos prefeitos Lagranha e Conter em conter novas ocupações em Canoas. Outra estratégia é limitar o acesso a condições básicas de existência na cidade, como o abastecimento de energia elétrica, água e saneamento, o que pode ser confirmado no impedimento de que a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Companhia Rio-Grandense de Saneamento (Corsan) fizessem a instalação de energia elétrica e de água nas vilas irregulares. Outra tática foi o cercamento das áreas verdes. Todavia, como fica explícito nos processos ocorridos no espaço urbano, tem-se o embate de diferentes atores e agentes²³ em relações de força que embora preponderem no que corresponde aos espaços concebidos, não lhes são exclusivas.

Depois de muita pressão de dezenas de moradores de vilas irregulares que lotaram as galerias da Câmara Municipal, na sessão de ontem à noite, os vereadores, inclusive a bancada do PPR, aprovaram o Decreto Legislativo que acaba com as proibições do prefeito Liberty Conter à instalação de água e luz nas áreas invadidas. (DIÁRIO DE CANOAS, 31/08/1993, CAPA)

Somente após a consolidação das ocupações é que a administração municipal passa a dar início ao abastecimento de água nas Vilas São José e São Miguel, em maio de 1997. No mesmo período, têm-se referências as Vilas Pantanal e São João: “No próximo dia 26, às 10h, as vilas São João, Pantanal e Estrada do Nazário passam a receber água da Companhia Rio-Grandense de saneamento (CORSAN), dentro do programa 100% legal” (DIÁRIO DE CANOAS, 18/07/97, p.8).

A pressão por moradia persiste e ocupações dentro do Guajuviras são comuns revelando o crescimento interno ao bairro. O Guajuviras, com extensas áreas verdes é, desde sua ocupação, objeto de múltiplas ocupações, sendo o ano de 1999, marco de grandes ocupações.

24

AS GRANDES OCUPAÇÕES DE 1999

A primeira grande ocupação do Guajuviras foi a do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti em 1987, a segunda foi marcada por diversas ocupações que ocorreram em março de 1999, em terreno de particulares, do Estado e áreas repassadas ao município. Em poucos dias já havia dez áreas de ocupação no Guajuviras. Os relatos referem-se a locais próximos a escolas, como as ocupações da Escola Guajuviras e da Escola Estadual Cônego José Leão Hartmann, ocupação da

²³ Méo e Buléon (2007) discernem o ator enquanto suas possibilidades e potencialidades de ação, assim, o ator é um actante, definido como uma instância que, pode ser um indivíduo ou uma coletividade, dotada de forte capacidade de transformar o espaço segundo seus interesses. Ainda em uma graduação de potencialidade de agir, tem-se o agente, que segundo os autores, dispõem de menor capacidade e poder de ação, seria o sujeito das práticas e astúcias microbianas. Essas diferentes posições são ocupadas alternadamente no movimento de produção do espaço.

estrada do Nazário, próxima a Vila São Miguel, área entre mato e banhado no Setor 2. Das dez áreas ocupadas, sete pertenciam ao município e três ao Estado (DIÁRIO DE CANOAS, 24/03/99).

Grande área que forma o Bairro Guajuviras está lotada de barracas de lona, todas improvisadas, cadeiras e até sofás, dispostos em espaços delimitados com cordas, formando novos lotes, em banhados, em canteiro onde um dia funcionou uma pracinha. Até a tarde de ontem, segundo estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento, 500 famílias ocupavam dez pontos de terras (todas públicas) no Guajuviras, mas ainda haviam pessoas engrossando as fileiras da invasão. (DIÁRIO DE CANOAS, 24/03/1999, p. 3)

Os diálogos entre Estado, através do secretário de habitação da época, Ari Vanazzi²⁴, a prefeitura, através do prefeito Hugo Lagranha²⁵, do secretário municipal de planejamento urbano Gilberto Coelho sobre as ocupações e possíveis soluções foi marcado por atritos. Contudo, a intenção de ambas as partes era a desocupação das áreas. Esse processo é resultado do intenso déficit habitacional e ausência de políticas públicas para habitação no município. Segundo estimativas da Secretaria Municipal de Planejamento, publicadas no Diário de Canoas, no período das ocupações Canoas possuía em torno de 25% de sua população vivendo em área invadida, com um déficit habitacional que variava entre 80 e 100 mil moradias. (26/03/1999, p.3).

Segundo dados apresentados pela secretaria municipal de planejamento urbano e divulgados pelo Diário de Canoas, o município teria 14 áreas invadidas, com 1163 crianças, 273 adolescentes, 41 crianças entre zero e 13 anos fora da escola, 92 adolescentes de 14 e 17 anos fora da escola. Nas ocupações estariam vivendo aproximadamente 1115 famílias, 279 estariam desempregados. 962 famílias seriam de Canoas e 53 de outros municípios (DIÁRIO DE CANOAS, 27/05/1999).

A violência do Estado está presente nas repetidas ações de reintegração de posse, na inconsistência das propostas da Administração Municipal e Estadual para a população de ocupantes, na ausência de políticas públicas de habitação e na constituição de um imaginário social que criminaliza as práticas de ocupação. O município de Canoas tem, nas organizações vinculadas à indústria, importantes atores que orientam/influenciam as ações políticas no município. Assim, não causa estranhamento que o processo de ocupações de Canoas tenha sido discutido pela Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Canoas (CICS), juntamente com a Associação de Jovens Empresários de Canoas, Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública (Consep), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Secretaria municipal de Planejamento Urbano, Associação das Empresas do Mercado

²⁴ Secretário de Habitação durante o Governo do Estado do RS de Olívio Dutra, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para o período de 01/01/1999-31/12/2002.

²⁵ 4º Mandado de Hugo Lagranha como prefeito de Canoas. Esse mandato, como prefeito eleito, foi para o período de 01/01/1997-31/12/2000.

Imobiliário, Rotary Club e Sindicato das Indústrias Metal Mecânicas e Eletro Eletrônicas de Canoas e Nova Santa Rita (Simecan) (DIÁRIO DE CANOAS, 11/05/1999). Também é evidente a posição atribuída, nesse jogo de forças, aos ocupantes, uma vez que o tema é discutido sem a representação dos mesmos.

Após inúmeros conflitos, a prefeitura solicitou ao governo do Estado o repasse de 37 hectares de uma área ao norte do Guajuviras, junto a Academia de Polícia Civil, pertencente ao Governo do Estado, para a remoção das famílias de invasores das áreas verdes de Canoas. A prefeitura se responsabilizaria pela infraestrutura. No entanto, o Estado comprometeu-se em ceder 10 hectares da área pertencente à Academia de Polícia do Rio Grande do Sul (Acadepol), com a condição de que quatro hectares seriam destinados às famílias que já ocuparam aquela área e dois hectares seriam destinados a um projeto habitacional para famílias de servidores da justiça. Ficam evidentes as inconsistências da política pública, com o agravante de que a área não seria capaz de contemplar todos os ocupantes. As contradições persistem após um ano das ocupações:

Segundo a vice-presidente da Associação dos Sem-teto, Mara Rosane Pereira Druziano, atualmente, cerca de 1,6 mil famílias vivem em 16 áreas ocupadas. O loteamento para onde serão transferidos irá abrigar 720 famílias. Os ocupantes que não forem contemplados com os lotes terão que sair das áreas verdes. (DIÁRIO DE CANOAS, 14/03/2000, p.3)

O projeto de reassentamento é contraditório, ao mesmo tempo em que são noticiadas as remoções, os ocupantes vão se estabelecendo em suas áreas, substituindo as barracas por casas de madeira e essas por casas de alvenaria. A matemática das instituições públicas previamente declara que nem todos ocupantes seriam contemplados, o que é agravado pelo levantamento sobre a população dessas áreas, em que foram identificadas 1,6 mil pessoas (DIÁRIO DE CANOAS, 18/08/00), número superior a previsão de assentamentos.

As áreas ocupadas a partir de março do ano anterior paulatinamente consolidam-se, passando a ser mencionadas pelos nomes atuais: Boqueirão, Fundos do Chalé, Banhado, frente da Escola Um, Quadras X e Y, região das antenas, Triângulo da Nazário, Caic, Triângulo da Vitória, área dos cabos e soldados, próxima a escola Nancy Pansera e área da Comtel (DIÁRIO DE CANOAS, 14/03/00).

Conforme as ocupações vão consolidando-se, as questões do abastecimento de água e energia elétrica, o saneamento público e melhorias nos arruamentos e consequentemente na segurança pública, uma vez que o arruamento possibilita a entrada de coleta pública de resíduos, policiamento e ambulâncias, passam a adquirir mais visibilidade e constituir demanda dos ocupantes.

A permanência impulsiona outras demandas, como o abastecimento de luz, água, saneamento e pavimentação. Assim como a possibilidade de permanência, o acesso legal aos serviços públicos é fruto de embates e protestos: é um urbano da luta cotidiana, das histórias dos espaços vividos.

OCUPAÇÕES E POLÍTICAS HABITACIONAIS NOS 103 HECTARES

Em 2001 o Fórum das Entidades segue discutindo com a administração pública “o problema das invasões”, as quais consideram prejudiciais à cidade, uma vez que o interesse é em constituir na Fazenda Guajuviras um distrito industrial e um parque de lazer. Em reunião, o então prefeito Marcos Antônio Ronchetti²⁶ argumenta que Canoas precisaria perder o estigma de cidade das ocupações. (DIÁRIO DE CANOAS, 22/02/01). As ocupações são consideradas como inibidoras do desenvolvimento, assim o Fórum das Entidades solicita ações da prefeitura, uma vez que os interesses das entidades no local não são os mesmos dos ocupantes.

(...) Vistas como “inibidoras do desenvolvimento de Canoas”, pelo presidente do Fórum, Egídio Dall’Agnol, as ocupações irregulares de áreas públicas preocupam pelas condições subumanas e pela ‘impressão ruim’ que passam do município. (DIÁRIO DE CANOAS, 22/02/01, p.3).

Após dois anos das grandes ocupações, outras, menores, seguem ocorrendo no Guajuviras. Em março de 2001, uma área próxima à Vila Brehm²⁷, onde vivem cerca de 200 famílias, foi ocupada por moradores do próprio Guajuviras. A área da Acadepol passa a ser visada para ocupações. Em julho de 2002 essa mesma área foi novamente ocupada por aproximadamente 19 famílias, acirrando os embates entre Município e Estado, uma vez que a área pertencia ao Estado. As ocupações evidenciam o próprio adensamento e fragmentação familiar do Guajuviras:

O serralleiro Márcio Roberto Albuquerque Oliveira, 22, está noivo e diz que logo não poderá mais ficar na casa de sua mãe, no Guajuviras. Há três semanas ele está instalado no terreno da Acadepol. (DIÁRIO DE CANOAS, 16/07/02, p.3)

Em decorrência da política de tolerância zero, foram instauradas ações para coibir a construção de “novos barracos” e a retirada de casas da ocupação próxima à Escola Nancy Pansera. Todavia, as pessoas instaladas, famílias sem ter para onde ir, resistiam às remoções (DIÁRIO DE CANOAS, 18/02/05).

²⁶ Prefeito de Canoas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), eleito para dois mandatos, de 1/01/2001 a 31/12/2008.

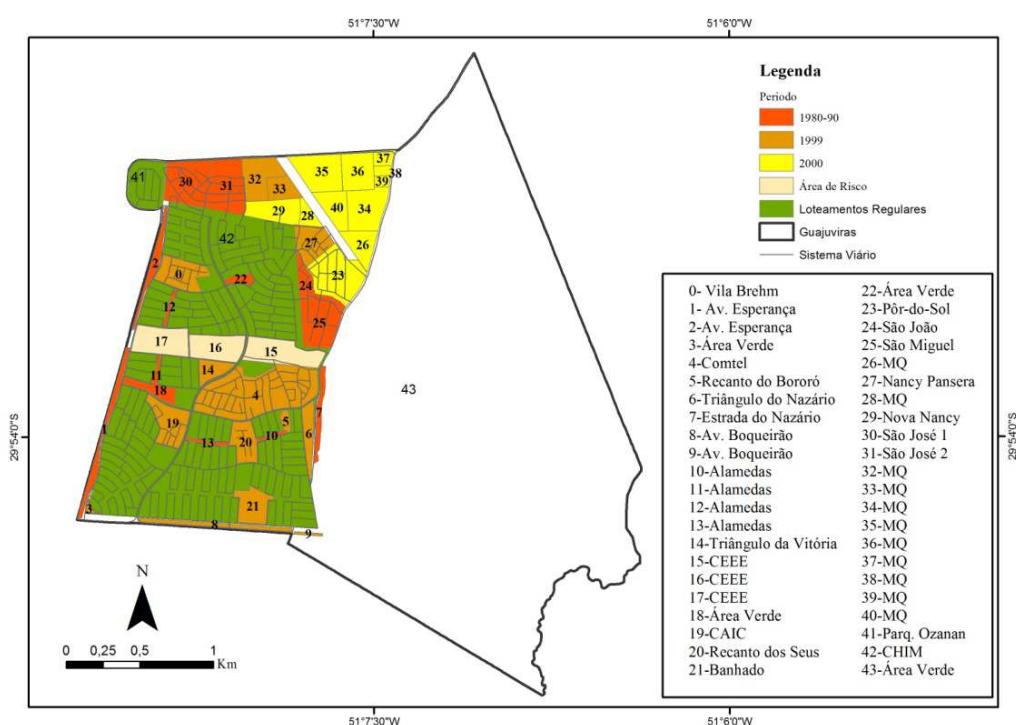
²⁷ O nome da ocupação refere-se a proximidade do Mercado Brhem.

A área dos 103 hectares²⁸ é também onde estão os macroquarteirões, produção de habitação popular que iniciou em 2006 a partir de recursos provindos de parceria entre Prefeitura, Governo Estadual e Governo Federal. A área foi dividida em 9 macroquarteirões (DIÁRIO DE CANOAS, 20/06/06).

E assim como o Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, as obras na área dos 103 hectares ficaram paradas, sofrendo ações de depredação nas casas construídas. O embate entre ocupantes e prefeitura persiste, com a reintegração de posse. A retomada das obras é mencionada a partir das discussões sobre a construção de um presídio próximo ao Guajuviras, através de obras de compensações.

O processo de ocupações abordado no artigo pode ser observado na figura abaixo:

Figura 1 - Ocupações no Guajuviras



Fonte: Base cartográfica da diretoria de cadastro técnico e geoprocessamento do Instituto Canoas XXI. Elaboração e produção de informações dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção do espaço precisa ser desvendado em sua complexidade e contradições. O Guajuviras é exemplar nesse aspecto, pois decorre do conflito e contradição entre

²⁸ A área de 103 hectares engloba também ocupações anteriores como São Miguel, Pantanal, São José, São João, Nancy Pansera.

diferentes esferas sociais, o que fica encoberto sob os estereótipos associados às noções de bairro periférico. A luta por moradia é marcada pelo confronto, de um lado a Administração Municipal e Estadual, no âmbito do espaço concebido e das estruturas tecnocráticas e, de outro a população pobre, identificada nos âmbito do espaço vivido e das astúcias dos ocupantes. Para deslegitimar os processos de ocupação, foram disseminadas representações de destruição do meio ambiente, entrave ao progresso, elevação dos encargos públicos, entre outros. Nesse percurso, as desigualdades são transformadas em estereótipos, localizando os ocupantes de forma marginal à cidade legal. Fica evidente a produção de uma ideo-lógica de produção do espaço urbano, que criminaliza a população que acessa o direito à moradia em confronto com o aspecto do solo urbano como valor de troca.

As diversas ocupações que ocorreram no Guajuviras tiveram suas materialidades transformadas, atualmente o bairro tem, em grande parte, abastecimento regular de energia elétrica e água, escolas de ensino fundamental e médio, posto de saúde, densa rede de comércio, sistema de transporte, etc.. Os barracos cederam lugar às casas de madeira ou alvenaria, as ruas têm iluminação pública. É um espaço singular, que demonstra que a disputa é tanto material, quanto de representações, essas mais resistentes, permanecendo, ainda que constantemente ressignificadas, como a denominação de Vilas, que trazem em seus conteúdos permanências de sentidos que colocam os moradores de forma marginal à cidade legal, embora suas lutas representem o direito à cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Paulo Roberto. **Passageiros da ilegalidade**: a história de uma luta pela moradia. Cascavel: Edunioeste. 2002. Disponível em: <http://www.unioeste.br/editora/pdf/paulo_azevedo_passageiros_thesis_protegido.pdf>. Acesso em: março/2014.

CARRION, Otilia Beatriz K. Mercado imobiliário e padrão periférico de moradia: Porto Alegre e sua Região Metropolitana. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 10 (2), 1989, p. 225-250.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 artes de fazer. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. Henri Lefebvre: del espacio absoluto ao espacio diferencial. **Revista Veredas**: Revista de Pensamiento Sociológico. V. 5, N° 8, Primeiro Semestre. México, 2004, p. 27-38. Disponível em: <http://bidi.xoc.uam.mx/tabla_contenido_fasciculo.php?id_fasciculo=264>. Acesso em maio de 2013, p. -11-25.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, S. L., 2013.

METROPLAN. **Inventário das vilas irregulares na região metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1982.

_____. **II Inventário das vilas irregulares na região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1992.

MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PANIZZI, Wrana Maria. Da legalidade para a ilegalidade: a formação de microterritórios urbanos. In.: BARCELLOS, Tanya; GELPI, Adriana. (et al). **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990, p.190-213.

PENNA, Rejane; COBERLLINI, Darnis; GAYESKI, Miguel. **Canoas para lembrar quem somos**: Guajuviras história de uma luta. Prefeitura Municipal de Canoas. N° . Canoas: La Salle, 1998.

SHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP** – Espaço e tempo, São Paulo, n. 32, 2012, p.89-109.

SILVA, João Palma da. **Pequena história de Canoas**. Canoas, 1978.

_____. **As origens de Canoas**: Conquista – povoamento – evolução. 2 ed. Canoas: La Salle, 1666.

VIEGAS, Danielle Heberle. **Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade**: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929 – 1959). Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de História, PUCRS. Porto Alegre, 2011.